

América Latina

## **Receitas falhadas**

Ricardo Migueis

Após anos de aplicação do Consenso de Washington, vários países latino-americanos atravessam crises económicas, políticas e sociais que atestam a falibilidade da aplicação de receitas instantâneas. No início da década de 80, os americanos estavam frustrados com o mundo e impacientes com os líderes que pareciam encontrar-se sem vontade ou incapazes de parar as investidas soviéticas e cubanas, as manifestações anti-americanas e, até mesmo, os incómodos aumentos nos preços do petróleo. Ronald Reagan surgiu como o candidato com respostas desprovidas de complexas teorias. Reagan sabia, nas suas próprias palavras, a “inegável verdade”: os Estados Unidos da América estavam envolvidos numa árdua luta de dimensões planetárias contra o comunismo Soviético.

Em região nenhuma do mundo a visão de Reagan foi aplicada com mais vigor que naquela a que o próprio chamava de “quintal” da América. A lógica económica que mais tarde foi apelidada de Reaganomics parecia encaixar na perfeição numa região que, durante mais de duas décadas, se tinha excedido em protecção. A elevada dívida externa da generalidade dos países sul-americanos era encoberta por artificiais índices de crescimento macroeconómico. O elevado modelo de subsidiarização imposto pelos governos ditatoriais sul-americanos era altamente prejudicial para os níveis de qualidade e produtividade das suas economias. As indústrias latino-americanas sofriam de uma crónica falta de investimento e as suas sociedades estavam marcadas pela maior desigualdade social no mundo. A dívida era insustentável a longo prazo, mas fora também engrandecida pelas crises nos preços de petróleo de 1973 e 1979, assim como pela desaceleração económica dos EUA, no início da década de 80.

Foi no México, em Agosto de 1982, que se sentiu o impacto do declínio de rendimentos nas exportações, em paralelo com o aumento das obrigações de dívida externa, a tal ponto que o governo declarou a moratória. Cerca de 5% do PIB da Argentina, Brasil e México estava anualmente reservado apenas para pagamento de taxas de juro sobre a dívida já acumulada. Ao longo das duas décadas que se seguiram, num contexto de profunda crise económica, a América Latina iniciou a transição para a democracia. A

reforma política era acompanhada pela imposição de reformas estruturais no tecido económico dos países que, sem muita margem de manobra, se viram obrigados a implementar uma série de reformas neoliberais, que mais tarde ficaram conhecidas pelo “Consenso de Washington”.

A ortodoxia do modelo proposto pelas instituições financeiras internacionais, muito em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI), conseguiu resultados impressionantes no plano macroeconómico, estabilizando conclusivamente a inflação em alguns países, atraindo investimento directo estrangeiro, gerando grandes influxos de capital para a região. No entanto, a “internacionalização” da economia chocou com a falta de uma política económico-social que protegesse as frágeis economias sul-americanas. Hoje, a Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas aponta os níveis de desemprego mais altos das últimas duas décadas e níveis de pobreza e desigualdade social maiores que há vinte anos atrás – consequência da falta de visão das instituições e entidades que não compreenderam as muitas realidades latino-americanas.

Os EUA são o maior parceiro comercial da América Latina. No entanto, à semelhança do que aconteceu durante a administração de Reagan, também Bush parece não conseguir juntar as peças do puzzle. As semelhanças são muitas: ambos consideram Fidel Castro e a cocaína como as maiores ameaças à democracia, assim como ao crescimento e estabilidade económica; pensam que os governos e o povo latino-americanos continuarão a aceitar reformas económicas com dolorosas e profundas repercussões sociais, impostas por entidades multilaterais como o FMI; acreditam que a América Latina recuperaria rapidamente e sem problemas ao aceitar uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), ancorada unicamente na economia norte americana e baseada em parâmetros unilateralmente decididos pelos EUA. Em suma, a política da administração Bush para a região ainda é moldada por percepções e tendências características da Guerra Fria, mais de uma década depois desta ter finalizado.

É imprescindível compreender a fragilidade do tecido social sobre o qual se equilibra com dificuldade a governação estável e a solidez das instituições políticas de muitos países latino-americanos. A crescente desilusão com as políticas económicas dos últimos vinte anos tem aberto a porta a líderes populistas como o presidente venezuelano, Hugo Chavez, eleito com base em posições anti-americanas e anti-liberais. Já em 1998, o Economist prescrevia o risco da receita populista, mencionando que “em muitos países as consequências das reformas (das últimas duas décadas) foram

desconcertantes. É verdade que a pobreza generalizada, a desigualdade e o descontentamento eram anteriores às reformas, mas isso não as torna menos reais. Seria naïve pressupor que as democracias conseguem lutar para sempre contra tais frustrações. E existe um precedente: a crise de crédito internacional e a queda dos níveis de procura de bens no início dos anos 30 acabou com cerca de meio século de regimes civis e com a ordem económica internacional em muitos países na região”.

Para além de Chavez, o líder indígena Evo Morales, na Bolívia, conseguiu um impressionante segundo lugar nas eleições presidenciais do passado mês de Junho e o seu partido conseguiu um considerável número de lugares no Congresso, dando aos índios bolivianos, pela primeira vez na história do país enquanto república independente, influência legislativa. Na Argentina, várias sondagens colocam a populista Elisa Carrio à frente dos líderes dos desacreditados partidos Peronista e Radical.

Foi da maior potência económica da América Latina que chegou o resultado de uma campanha presidencial carregada de simbolismo. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente do Brasil, há uma percepção de optimismo que a alternância democrática vem atestar. Mas é também no Brasil que se encontra o tecido social mais heterogéneo da América Latina, aquele que, precisamente por isso, sofreu de forma mais desigual os efeitos da crise económica das décadas de 1980/90. Fernando Henrique Cardoso deixa um legado de grandes progressos ao nível da organização político-económica – cujas deficiências atrasaram a capacidade de reforma estrutural da sociedade e instituições brasileiras durante tantos anos.

Hoje, o Brasil está integrado num processo de integração regional aberta, tem um papel central no sistema financeiro internacional e nas perspectivas de formação da ALCA e de renovação do Mercosul. O governo do presidente Lula colocou a consolidação do Mercosul no topo da lista de prioridades, sendo que o reforço do bloco económico regional é um passo decisivo no sentido de um incremental multilateralismo. O objectivo do governo Lula é harmonizar as políticas exigidas pelas instituições financeiras internacionais com aquelas que lhe permitam lidar de forma consistente e sustentada com as causas estruturais de pobreza. Lula já proclamou a necessidade de um “pacto social”, deixando antever que os primeiros grandes desafios do seu governo podem bem surgir no plano interno, com um país envolto em esperanças e expectativas

que, sem serem demasiado altas, se caracterizam pelo vigor de um activismo social com características únicas desde meados dos anos 80.

Já para a Argentina, o ano começa sem que o presidente interino, Eduardo Duhalde, esteja mais perto do imprescindível acordo com o FMI. O governo parou os pagamentos de dívida externa ao Banco Mundial, mas há sinais de recuperação. Embora o PIB tenha encolhido cerca de 11% em 2002, a economia conseguiu uma surpreendente, mas frágil, estabilidade. O governo acabou com o “corralito” que esteve na origem da demissão do ex-presidente, de la Rúa. Os próximos desenvolvimentos dependem em grande medida do resultado das eleições presidenciais de 27 de Abril, mas seja qual for o resultado, a prioridade deve ser recuperar a credibilidade através de uma sustentada política económico-social, aproveitando a manifestação de interesse político por parte do governo brasileiro.